

##ATO Portaria G.P. Nº 496/07

##TEX A Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no exercício da Presidência e no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão, do Anexo I - Demonstrativo de Despesa com Pessoal, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal de que trata os artigos 54 e 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao período de Setembro/2006 a Agosto/2007, na forma do Quadro anexo.

##DAT São Luís, 24 de setembro de 2007.

##ASS Márcia Andrea Farias da Silva

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 16ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em RAP	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	86.545	0	86.545
Pessoal Ativo	78.518	0	78.518
Sentenças Judiciais sem Precatário (do Próprio Órgão)			0
Sent. Judiciais c/Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	10.349		10.349
Demais Despesas com Pessoal Ativo	68.169		68.169
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.027		8.027
Outras desp. pessoal decorrentes de cont. de terceirização (art. 18, §1º - LRF)			0
( - ) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (Art. 19, §1º da LRF) ( II )	18.395	0	18.395
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	10.349		10.349
Despesas de Exercícios Anteriores	789		789
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.257		7.257
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP [ III = ( I - II )]</b>	<b>68.150</b>	<b>0</b>	<b>68.150</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL ( IV )			362.612.840
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III) / (IV) x 100	0,018794%	0,000000%	0,018794%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, Art. 20 da LRF)	0,026353%		95.559
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, Art. 22 da LRF)	0,025035%		90.781

Fonte: SIAFI 2006- 2007 / Site do Tesouro Nacional

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Resto a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- 2) As Sentenças de Pequeno Valor (SPV) totalizaram R\$ 623 mil e os Precatórios da Administração Direta totalizaram R\$ 9.726 mil.
- 3) Foram recebidos destaques para pagamento de Precatórios da Administração Indireta no montante de R\$ 2.354 mil.

Gerson de Oliveira Costa Filho

Desembargador – Presidente

Domingos Carlos dos Santos Neto

Diretor – Geral

Tatiana de Moraes Lacerda e Silva

Diretora de Orçamento e Finanças Substituta

Celson de Jesus Moreira Costa

Chefe do Serviço de Controle Interno

Caroline Costa Campos

Chefe do Setor de Contabilidade Analítica